



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP, 18 DE AGOSTO DE 1995

Excelentíssimo Senhor Mário Covas, Governador do Estado de São Paulo; Excelentíssimos Senhores Embaixadores das Nações amigas; Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado; Excelentíssimo Senhor Geraldo Alckmin, Vice-Governador de São Paulo; Excelentíssimos Senhores Parlamentares; Excelentíssima Senhora Ângela Moraes Guadagnin, Prefeita Municipal de São José dos Campos; Engenheiro Juarez Siqueira Brito Vanderley, Presidente da Embraer; Excelentíssimas Autoridades civis e militares; Senhores Funcionários da Embraer,

Antes de iniciar, propriamente, o meu discurso, eu queria agradecer as expressões de confiança do Dr. Juarez Vanderley, Presidente da Embraer, e assegurar a Sua Senhoria que, dentro dos limites que a Constituição e os recursos impõem, o Governo da República estará sempre disposto a contribuir para que esta obra da Embraer tenha continuidade e êxito.

E, muito em particular, quero agradecer as palavras do Governador de São Paulo, que, com a presteza de sempre – só ele e eu sabemos o quanto são difíceis determinados momentos em que as nossas vontades

nem sempre podem expressar tudo o que desejamos agradecer –, com o modo sempre tão generoso, tem me saudado cada vez que piso no chão do meu Estado.

Há exatamente 50 anos, em agosto de 1945, chegava ao Aero clube de São José dos Campos uma equipe pioneira, comandada pelo então Coronel Engenheiro Casimiro Montenegro Filho, com ordens do Ministro Salgado Filho de verificar, *in loco*, as possibilidades de instalação do Centro Técnico de Aeronáutica, hoje Centro Técnico Aeroespacial.

Nascia, ali, uma história rica em exemplos de trabalho e dedicação ao ideal de excelência e de serviços ao País, que fazem do CTA uma instituição de que todos os brasileiros se orgulham.

Também em São José dos Campos era criada, no início da década de 50, a Comissão Nacional de Atividades Espaciais, precursora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Três décadas depois, hoje, o Inpe é uma instituição internacionalmente reconhecida e respeitada, que, juntamente com o CTA e seus institutos, transforma esta cidade em um dos mais importantes pólos de desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Desejo mencionar, igualmente, o árduo trabalho desenvolvido pela Embraer, em seus 26 anos de existência. Agora privatizada, continua a Embraer a ser de grande interesse para a Nação, por agregar alto valor a seus produtos e por gerar empregos de alto nível.

Necessitamos, todos, que a marca Brasil, que, com a Embraer, está presente em 37 países, continue a ter condições de competir, de forma vitoriosa, com as empresas aeronáuticas mais famosas do mundo.

Comemoramos, hoje, a apresentação do primeiro jato comercial desenvolvido no País, o que comprova a maturidade do nosso desenvolvimento tecnológico. O trabalho que se realiza aqui, em São José dos Campos, precisa ser mais conhecido por todos. Muitas vezes, é mal compreendido pelo falso raciocínio de que um país com sérios problemas, como o Brasil, não deveria dedicar recursos a atividades que parecem tão distantes das necessidades diárias de seu povo.

Esse raciocínio é falso, porque, no mundo de hoje, poucos instrumentos têm mais eficácia tecnológica e mais alto retorno social e eco-

nômico do que as atividades aeroespaciais, para um país de dimensões continentais como o Brasil.

Não é exagero dizer que as aplicações da tecnologia espacial se encontram na base dos atos mais simples do cotidiano de milhões de brasileiros, como assistir à televisão ou falar ao telefone em ligações interurbanas.

Ainda hoje, poucos sabem, por exemplo, que, com a ajuda de satélites, podemos prever safras e prevenir desastres naturais. Ao auxiliarmos o homem do campo a produzir, auxiliamos a população como um todo a ter, em sua mesa, alimentos melhores e mais baratos.

Com a exploração e o uso do espaço, podemos proteger o meio ambiente, monitorar o desmatamento e a ocupação das nossas fronteiras, fazer levantamentos de recursos naturais, ou mesmo conhecer melhor áreas remotas do território nacional.

Os efeitos multiplicadores da indústria aeroespacial se fazem sentir em grande parte do parque industrial brasileiro, que, para responder às encomendas, adota padrões cada vez mais sofisticados de qualidade e de precisão no processo de fabricação, tornando-se, assim, crescentemente competitivo no mercado mundial.

Expresso, hoje, a mensagem de reconhecimento, pelo Governo, da importância desse trabalho que aqui se empreende para o desenvolvimento nacional. Não me refiro apenas ao progresso direto, representado pela quantidade de indústrias que vemos instaladas na região de São José dos Campos, em torno do CTA, do Inpe e da Embraer, nascidas em função de atividades aeroespaciais. Refiro-me às conseqüências mais profundas desse esforço para o País como um todo.

A tecnologia autóctone, na indústria aeroespacial, é um componente estratégico na formulação de nosso projeto de desenvolvimento nacional, razão pela qual sua pesquisa receberá o apoio comercial e financeiro que estiver ao nosso alcance. É dever de todos nós promover o avanço continuado de um setor de tanto interesse para o Governo e para toda a sociedade.

É importante ressaltar, também, que a Força Aérea deve ter como seu sustentáculo a indústria aeronáutica nacional. A defesa de nosso terri-

tório não comporta improvisações. Necessita de planejamento e atualização constante, apoio orçamentário e credibilidade militar. Assim, o reconhecimento e o apoio do Governo não podem ser apenas retóricos. Devem traduzir-se, também, na destinação de recursos adequados para os importantes projetos que conformam nosso Programa Espacial, hoje sob a coordenação da Agência Espacial Brasileira, órgão diretamente ligado à Presidência da República.

Entre esses projetos, quero realçar o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélite (VLS), de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica; o desenvolvimento de uma família de satélites, de responsabilidade do Inpe, do Ministério da Ciência e Tecnologia; e a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, também de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica.

O Programa Espacial Brasileiro traz conseqüências benéficas a todo o País. Decorre de uma política nacional que abarca Governo e sociedade. Por isso, a política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais é documento público e transparente, que permite promover um debate amplo, da sociedade, a respeito de nossas atividades espaciais.

Senhoras, Senhores, desde quando era Ministro das Relações Exteriores, venho repetindo a interlocutores estrangeiros que nosso programa espacial é um objetivo estratégico de longo prazo da Nação brasileira, uma importante alavanca do desenvolvimento nacional, que tem finalidade exclusivamente pacífica.

Quero deixar claro um ponto sobre o qual, vez por outra, ouço comentários ou leio referências na imprensa. Como sabemos, graças ao esforço de nossos pesquisadores, o Brasil já domina a tecnologia de foguetes lançadores de satélites aplicada ao projeto VLS. Isso é um passo muito importante, do qual nos orgulhamos, e eu agradeço àqueles que trabalharam para permitir que tivéssemos mais um ponto firme em nosso avanço tecnológico.

Segundo alguns, essa tecnologia poderia servir para o desenvolvimento de um programa paralelo de mísseis militares de longo alcance. Que não haja dúvidas sobre isto: os mais de 120 anos de convivência pacífica ininterrupta com os nossos vizinhos, as diversas medidas já

adotadas pelo Brasil no campo da não-proliferação de armas de destruição em massa e um sólido patrimônio de relações de amizade e cooperação, que construímos e mantemos com nossos parceiros, apontam claramente para o compromisso que, agora, não hesito em assumir de público. O Brasil não produz e não pretende produzir, importar ou exportar mísseis militares de longo alcance, capazes de transportar armas de destruição em massa.

Estamos desenvolvendo, e continuaremos a desenvolver, a tecnologia espacial, unicamente em benefício do interesse mais amplo do desenvolvimento social, econômico e tecnológico do povo brasileiro, para fins, portanto, exclusivamente pacíficos. É exatamente por possuímos essa tecnologia que temos a responsabilidade de manter estrito controle sobre ela, não permitindo que seja desviada para fins contrários aos interesses da sociedade brasileira e da comunidade internacional.

Com essa finalidade, enviei ao Congresso Nacional um projeto de lei que tem por objetivo o controle não apenas de exportações de tecnologias da área espacial, mas de todos os bens e serviços considerados sensíveis. O Congresso Nacional, estou certo, saberá atribuir toda a importância e urgência à consideração desse assunto.

Senhoras e Senhores, o Brasil tem um compromisso histórico com a paz, o desenvolvimento e a cooperação. Hoje, damos um passo importante para o fortalecimento desse compromisso. Estamos construindo um patrimônio de que todos os brasileiros nos orgulhamos, que continuará a orientar as nossas ações.

Ao concluir estas palavras, quero, mais uma vez, recordar o pioneirismo de homens como o Brigadeiro Montenegro, que lançou, aqui, há 50 anos, a semente desta realidade que vemos hoje.

Ao homenageá-lo, presto tributo aos que aqui trabalham, seja no CTA, no Inpe ou na Embraer, com uma visão de futuro, a visão de um Brasil mais desenvolvido, mais justo e mais livre.

Muito obrigado.